

# Moncloa à brasileira

OSÉ SARNEY

O que de mais importante aconteceu no Brasil, no Governo do presidente Fernando Henrique, foi a volta da governabilidade ao país. Não é um fenômeno consolidado em uma mudança estrutural, mas um acordo tácito entre uma forte base política de várias tendências que se juntaram para possibilitar decisões. Dentro deste contexto, a parte mais visível desse processo é a presença do Congresso como instrumento de estabilidade. Este resultado é o maior crédito do Governo atual e de que o país mais precisava.

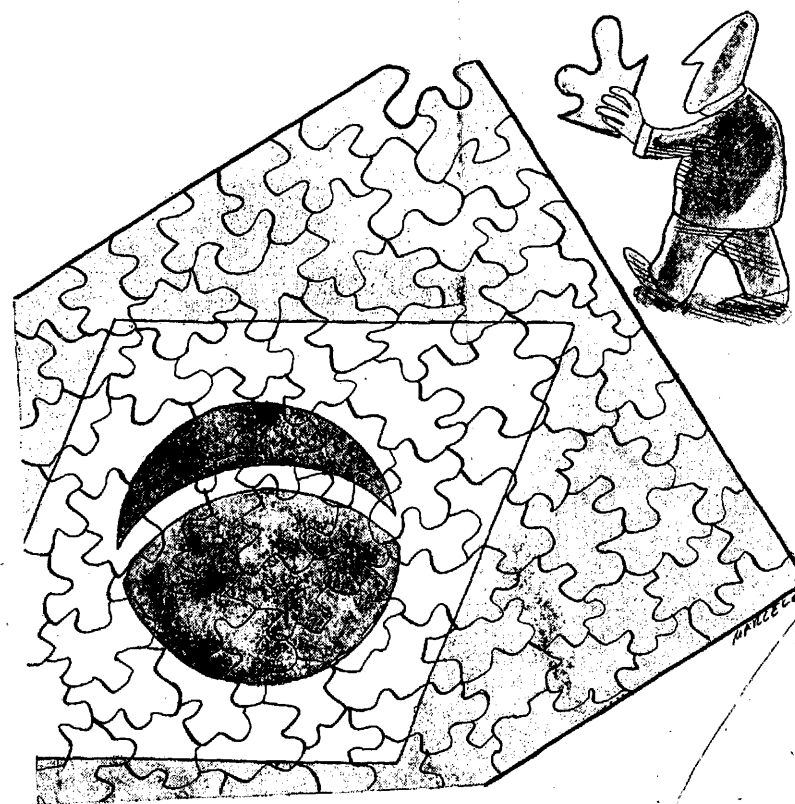
A Constituição de 88 tornou o país ingovernável e a deriva política nestes últimos anos. Disse algumas vezes, quando presidente, que o problema do país era político. Resolvido o problema político, seria possível a solução dos outros problemas. O que caracteriza o subdesenvolvimento político que acompanha os países pobres e em desenvolvimento é sua dificuldade em construir a governabilidade. É o mundo das democracias pobres e dos governos fracos.

Todos os países do Primeiro Mundo tiveram e têm constantemente problemas, mas possuem uma estrutura política capaz de resolver e enfrentar esses problemas. Esta é a grande diferença. Neles, a liberdade teve o poder criativo de construir instituições e o voto foi e é um instrumento de estabilidade. O desenvolvimento econômico, visto sob este ângulo, passa, inexoravelmente, pela democracia. A política está na base de todas as soluções.

O que ocorreu com o Brasil foi, sem dúvida, o reflexo do choque ideológico que se processou no mundo, a partir da presença das ideologias como motor das decisões políticas. Na Constituinte de 46, pela primeira vez em nossa História, uma forte corrente ideológica participava das decisões: era a bancada então recém-eleita do Partido Comunista. A estrutura conservadora e reacionária do país não suportou esse embate — salutar para a democracia, uma vez que, naquele tempo, o PC era dogmaticamente atrelado à doutrina "ditadura do proletariado" e do "partido único" — e cassou o seu registro.

Interrompido o caminho da confrontação ideológica, as aspirações sociais de um país, que passou a ser aceleradamente urbano, desembocaram no populismo, no peleguismo sindical, na demagogia e na mais desenfreada politicagem que ia do nepotismo ao clientelismo eleitoral, da fraude à coação. A UDN foi uma tentativa de opor-se a isso. Mas era um partido de homens e não de idéias. E, por desgraça do destino e do Brasil, curvou-se ao militarismo, que é a agregação de poder político ao poder militar.

Veio 64 e veio 85. As forças populares estavam reprimidas e a disputa ideológica que se desenrolou no mundo entre partidos liberais sociais-democratas e comunistas aqui não se processou à luz da liberdade democrática. Reprimida, cresceu na clandestinidade, não em termos de discutir os seus avanços e desafios do futuro, mas de ficar submissa aos princípios do leninismo do início do século, que eram o da revolução ar-



mada e o esmagamento dos sistemas democráticos pela criação da ingovernabilidade. Para isso, bastava manter os governos sob pressão e bloquear decisões e, desse binômio, esperar surgir o caos político, que por sua vez geraria a desordem social, caldo de cultura fértil para a "revolução libertadora". Esse modelo é um fóssil político.

A esquerda de 85, que veio para o Congresso e fez a Constituição de 88, chegou com os olhos voltados para trás. Era a esquerda à moda antiga. Nesse sentido, estimulou o grevismo (12 mil greves!), bloqueou todas as soluções e criou um clima de ingovernabilidade que se prolongou até agora. Sua visão era a do "partido de classe" e sua atuação muito seme-

lhante àquela das tradicionais esquerdas radicais, ideológicas e dogmáticas. Esse modelo está exaurindo-se. O fim das ideologias, as mudanças que se processaram no mundo, o desmoronamento do sistema do partido internacional, a vitória do liberalismo sobre o estatismo levaram o jogo político a outro campo: o campo da política dos resultados.

A palavra "governabilidade", que era conservadora, passou a ser libertária, e "revolução" e "revolta", reacionárias, porque confrontadoras dos direitos individuais e inibidoras do desenvolvimento. Os países têm de ter estabilidade, dar confiança aos investidores para que eles gerem empregos, o que passa a ser tão importante quanto os salários, porque o pior salário é o salário do desempregado. A pobreza e a miséria começam no desemprego. Na recessão não há emprego nem salário.

O que estamos vivendo hoje? Esse modelo de esquerda pré-diluviana ceder lugar a uma outra esquerda, vocalizadora e defensora dos direitos sociais, racional e construtiva. Hoje, a esquerda está destinada a grande tarefa de lutar pelo desenvolvimento social, porque a economia de mercado é péssima distribuidora de renda e, sem desenvolvimento econômico, não há desenvolvimento social. Daí a necessidade da governabilidade. Não há lugar nessa equação para a esquerda da agitação, do grevismo, do protesto profissional. Uma esquerda racional e moderna começa a abrir espaço dentro do Congresso. Ela já aflora no PT, no antigo PCB, PCdoB e outros partidos.

O Brasil, com 40 anos de atraso, em que vagou nos desvios da intole-

rância, do reacionarismo e do populismo, vai sentindo a chegada de uma verdadeira democracia, com base em uma sociedade democrática que foi criada e pronta a dar suporte à criação de um período de crescimento do país, que vislumbro com otimismo.

Muitas reformas ainda deverão ser feitas. Não somente na área econômica e na estrutura do Estado, mas políticas, modernizando instituições caducas que não podem conviver com um país moderno e democrático.

Este primeiro semestre demonstrou o surgimento no Congresso de uma espécie de "Pacto de Moncloa", não escrito, não negociado, para dar suporte ao programa do Governo do presidente Fernando Henrique que pretende fazer as reformas necessárias e assegurar a governabilidade.

Este "pacto" repousa, para seu funcionamento, na visão do presidente Fernando Henrique, de que sua missão não é fortalecer o PSDB, nem ficar receoso das críticas de sua aliança com o PFL, nem temeroso do PMDB, nem irritado com o PT, mas colocar-se, não acima dos partidos, mas com os partidos, na tarefa corajosa de não ceder aos preconceitos, nem se intimidar com as cobranças da infância correligionária.

O Congresso deu ao país, neste semestre, uma demonstração de espírito público. Ninguém pode dizer que o país não anda porque o Congresso não trabalha nem colabora. Ele lançou os alicerces de uma Moncloa à brasileira, e cumpriu sua parte. Os outros devem cumprir a sua.

José Sarney é senador pelo PMDB do Amapá.